

FLASH

Animação Pastoral Juvenil Salesiana

Número 8. Janeiro 2025



Reflexões para as instituições educacionais em relação às leis sobre a identidade de gênero e sobre a expressão de gênero

Pe. Miguel Ángel García Morcuende

Conselheiro Geral Pastoral Juvenil

SETOR PASTORAL JUVENIL
Salesiani di don Bosco SEDE CENTRALE SALESIANA



Reflexões para as instituições educacionais em relação às leis sobre a identidade de gênero e sobre a expressão de gênero

Pe. Miguel Ángel García Morcuende

Conselheiro Geral Pastoral Juvenil

As leis sobre a identidade de gênero aprovadas em alguns Países influenciam muitas áreas da vida social e, portanto, têm muitas implicações importantes para a educação. Pretendemos oferecer com estas páginas algumas reflexões e diretrizes que podem ser úteis.

1 O alfabeto da diversidade

[a] Nos centros educativos católicos (a Escola, o Centro de Formação Profissional e a presença salesiana no Ensino Superior) há um interesse crescente **pela abordagem, pelo acompanhamento e pela orientação** da educação afetivo-sexual dos alunos, particularmente com relação à diversidade sexual. Os centros educativos, como espaços privilegiados de socialização, têm um papel fundamental a desempenhar na educação afetiva e sexual em todos

as etapas de desenvolvimento, num contexto em que, por um lado, *a diversidade é cada vez mais visível e as minorias sexuais são cada vez mais valorizadas*, mas em que a diversidade continua a ser uma causa de estigmatização e violência em nossas salas de aula e comunidades educativas.

A impressão compartilhada por grande parte do mundo da educação é que **a “diversidade” é um conceito amplo** que compreende: diversidade de gênero, idade, estilos/diferenças/dificuldades de aprendizagem, minorias étnicas e culturais, grupos de risco, limitações físicas/psíquicas/sensoriais etc. Em muitos casos, enquadra-se na categoria das *necessidades educativas especiais*. Todavia, seguiu-se certa “ecologia da linguagem”: passou-se de “distúrbio” e de “déficits” para “atenção à diversidade”. Todas as categorias possíveis res-

pondem ao princípio: cada pessoa precisa ser cuidada de acordo com suas características.

No caso da diversidade sexual, trata-se de **uma realidade emergente e nova** e, por isso, acredita-se que seja melhor “deixar o assunto de lado” ou abordá-lo somente quando se torna urgente ou indispensável. Ao contrário, a diversidade sexual sempre existiu, mas a mensagem de alguns decênios atrás era clara, mesmo que não formalmente declarada: da diversidade, não se fala.

Sem dúvida, essa é uma questão delicada e complexa, em que devem estar presentes **a acolhida e o respeito às pessoas**. Na exortação “Amoris laetitia”, o Papa Francisco ressalta que “cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito, procurando evitar ‘qualquer sinal de discriminação injusta’ e particularmente toda a forma de agressão e violência” (nº 250). Nesse sentido, a resposta educativa e pastoral dos nossos centros salesianos tem sido guiada pelo princípio do respeito e da acolhida enunciado pelo Santo Padre, tratando cada jovem com a necessária atenção personalizada.

[b] Muitas leis atuais da educação evidenciam o reconhecimento da diversidade afetivo-sexual e incluem a promoção da igualdade efetiva entre mulheres e homens, a educação afetivo-sexual e a prevenção da violência de gênero entre os vários objetivos da educação. **E temos a obrigação legal de fazê-lo**. As ações para promover a cultura do respeito e combater a discriminação, qualquer que seja a sua causa, é um objetivo louvável, desejado por todos, e sugere a existência de injustiça. Os alunos pertencentes a minorias sexuais frequentemente sofrem vitimização na escola, incluindo linguagem discriminatória, insultos, bullying e até mesmo abuso por parte do pessoal da escola. Além disso, não podemos esquecer que a maioria dos crimes de ódio

em muitos países é motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero, mais do que características pessoais, como minoria étnica ou incapacidade.

De fato, a “inclusão” é percebida às vezes exclusivamente como um processo que se refere à falta de alguma habilidade e, de modo mais geral, às necessidades educativas especiais, com certo foco na desvantagem intercultural-sociocultural e linguística.

Por outro lado, o *gênero* é frequentemente associado às palavras “crise” e “ideologia”. **Nem todas as abordagens de gênero são ideológicas**. A chamada *abordagem de gênero* é uma coisa e a *ideologia de gênero* é outra, como veremos mais adiante. Entretanto, algumas legislações enfrentam os postulados da chamada *ideologia de gênero* através de instrumentos normativos. Segundo essa perspectiva, a suposta diferença entre homens e mulheres e o sistema tradicional de gênero são um produto exclusivamente da cultura, são o resultado de uma “construção social”.¹ Propõe-se por isso também a ampliação do número de gêneros e a criação de várias identidades sexuais possíveis, que podem ser escolhidas à vontade e alteradas em várias fases da vida. Assim, o sexo biológico torna-se irrelevante, líquido, provisório, fluido e, portanto, sujeito a mudanças várias vezes ao longo da vida por autodeterminação.

Consequentemente, as leis estabelecem certas medidas que, além de combater a discriminação ou os assédios, **procuram tornar essa ideologia obrigatória para todos os centros educativos**, o que é particularmente grave quando se trata de menores. Às vezes, são

¹ Seguindo a análise de Michel Foucault em sua *Storia della sessualità* (2005), que define a sexualidade em termos de “construção social”, e de acordo com a chamada *teoria Queer*, formulada por Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick e outras estudiosas feministas de gênero, “o sexo biológico deve ser substituído pelo gênero, que é cultural”.



legislados aspectos que dizem respeito ao currículo escolar; outras vezes, ao conteúdo do material didático – de informação, divulgação e formação – utilizado na educação dos alunos, independentemente da forma e do meio em que é apresentado; outras ainda, à vida cotidiana, como a consideração de todas as solicitações dos alunos como critério obrigatório para o centro (por exemplo, acesso a sanitários e vestiários a critério dos alunos).

[C] Para o mundo docente, ter de lidar com a educação afetiva e sexual de crianças e adolescentes em sala de aula é uma questão complexa. A afetividade e a sexualidade envolvem-nos como pessoas, com nossas crenças, valores, experiências e representações sobre esses

âmbitos e, por isso, não é fácil lidar com ela em nossos dias. Acrescenta-se a isso as diferenças geracionais, as tensões e pressões do ambiente e a falta de formação específica que os professores receberam para lidar com essa questão. Três fatores inibem a ação dos professores: a ausência de diretrizes aprovadas pela escola, o temor da desaprovação dos pais e a inexperiência.

O silêncio dos professores e dirigentes escolares é um dos fatores de risco mais importantes, pois facilita a oposição entre o mais forte e o mais fraco, tornando o aluno homossexual (ou percebido como tal) ainda mais frágil e sozinho. Por isso, não há espaço para *o silêncio como resposta* às necessidades expressas

ou implícitas de nossos adolescentes e jovens. A sexualidade dos adolescentes não é um risco a ser evitado, proibido ou adiado.

Por outro lado, assistimos experiências relacionadas à sexualidade que, independentemente de sensibilidades e preconceitos, levantam questões importantes, pois vemos meninas e meninos, mesmo em tenra idade, colocando em risco a própria segurança, dignidade e saúde física e emotiva. O aumento do uso da pornografia é uma dessas experiências.

[d] Sem entrar em outras considerações, é evidente **o antagonismo do conceito antropológico incluído em algumas legislações em relação à antropologia cristã**. Esse aspecto, em particular, é de grande importância para a educação em nossas escolas e toca questões muito importantes relativas ao conceito de pessoa que se pretende transmitir, tocando – e às vezes colidindo frontalmente – com os pressupostos antropológicos da visão cristã de pessoa.

Na perspectiva antropológica cristã, a educação afetivo-sexual deve considerar a pessoa como um todo (abordagem personalista) e, portanto, ter como objetivo educacional a integração dos elementos biológicos, psicoafetivos, sociais e espirituais. Uma verdadeira educação não pode se limitar a informar o intelecto, mas deve dar atenção especial à educação da vontade, dos sentimentos e das emoções, pois, para alcançar a plena maturidade humana, é indispensável o autocontrole, que pressupõe a aquisição de virtudes como a modéstia, a temperança, o respeito por si mesmo e pelos outros e a abertura aos demais.

O que devemos pensar dessas disposições legais que contêm regras de ação mais ou menos prescritivas para as escolas no caso de um aluno apresentar uma situação específica relacionada à sua “identidade de gênero”?

As questões mais relevantes que afetam diretamente as escolas serão apresentadas a seguir. Não temos a intenção de esgotar a reflexão sobre essas realidades. A nossa intenção continua a ser o aprofundamento do nosso conhecimento sobre essas questões e as suas implicações, com a assessoria de profissionais de confiança de diferentes disciplinas e em sintonia com o pensamento da Igreja, para poder oferecer critérios alinhados com a nossa identidade salesiana.

2 Esclarecimento sobre os termos

[a] Este ponto diz respeito **ao uso das palavras e os seus efeitos nos vários contextos da vida**. As palavras podem ser janelas ou muros. Lidamos com palavras-chave relacionadas à diferença sexual e suas declinações. Nem sempre as dominamos. Precisamos entendê-las bem para libertá-las de mal-entendidos, impotência ou censura que as silenciam.

Para nos orientarmos nessa nebulosa semântica e conceitual do *gênero*, é útil relembrar as principais categorias:

- Uma primeira categoria, relacionada à dimensão física do corpo, é a do *sexo biológico*, dado por componentes genéticos, somáticos e cerebrais.
- Outra categoria, relacionada à dimensão psíquica, é a *identidade de gênero*, que se refere à percepção que um indivíduo tem de si mesmo, de acordo ou não com o seu sexo biológico. Essa categoria, que indica o sentimento psíquico do próprio ser sexual, é mais imediatamente referida pelo termo *gender* (gênero). Com base na crença de que é o resultado de múltiplos fatores, a maioria dos estudos correlaciona estreitamente os aspectos neurobiológicos e psicológicos, que caminham lado a lado com a formação

da identidade pessoal, ou seja, a categoria gênero surge da necessidade de esclarecer o emaranhado de significados e processos biopsicossociais que ocorrem no desenvolvimento humano. Assim, a sexualidade tornou-se um campo de maior complexidade e, portanto, os estudos de gênero obrigam-nos a abandonar uma visão excessivamente simplificada da sexualidade.

- Relacionadas à identidade psicológica de gênero estão as categorias da *orientação sexual* (segundo à atração emotiva, afetiva e/ou sexual sentida por outras pessoas) e do *comportamento sexual*, que se refere às formas pelas quais ela é realizada.
- Outra categoria, referente à dimensão socio-cultural, é a da *expressão ou papel de gênero*, que indica o comportamento sexual que uma sociedade espera e promove em um indivíduo.

[b] A posição da Igreja Católica sobre a questão do *gênero* pode ser traçada levando-se em conta os pronunciamentos pontifícios em nível de magistério e as várias tendências no interior da comunidade eclesial. Assim, diante da acolhida do termo *gender* nos documentos políticos internacionais e locais, a Igreja aceita o seu uso, com a condição de que esteja relacionado com a diferença biológica do sexo, o que não invalida toda a especificidade e complementaridade entre homens e mulheres. Mais do que uma impossível aceitação, **é evidenciada a reserva crítica do termo.**

Na verdade, o magistério papal considera, a *deriva ideológica do conceito de gênero* e a sua incompatibilidade antropológica com a visão cristã da pessoa humana. “Quando se passa da distinção sexo/gênero à dissociação, entra-se na ideologia” (Conferência Episcopal da França, 2014). Assim, a ideologia começa quando se sustenta que a identidade sexual é “inteiramente construída socialmente” ou que é “inteiramente determinada pela natu-

reza” (estaríamos cometendo o mesmo erro se considerássemos a genitalidade ou a biologia como a palavra final no processo de identidade de uma pessoa).

Nossa intenção é ler a sexualidade humana não em um nível exclusivamente biológico, mas em um nível antropológico, de uma perspectiva que vai além da compreensão apenas dos mecanismos fisiológicos, da anatomia ou do funcionamento mecânico dos órgãos sexuais.

A categoria “*gênero*” é um complemento essencial da variável “*sexo*” que permite, sem cair em questões deterministas, analisar as complexas interações que ocorrem entre os fatores biológicos e aqueles que, desde o nascimento, se verificam no contexto psicossocial.

É verdade que as pessoas podem estar sujeitas a influências ideológicas que condicionam o exercício da liberdade. Todavia, não podemos ignorar o fato de que várias ciências (médica, psicológica e psiquiátrica) indicam a existência, em algumas pessoas, de discrepâncias entre o sexo biológico e o sexo vivido. Os relatos dessas pessoas devem ser confrontados com o conhecimento dessas disciplinas científicas, *sem suspeitar imediatamente de ideologia.*

Com relação aos postulados da ideologia *gender*, é oportuno recordar as palavras do Papa: “É preciso não esquecer que ‘sexo biológico (sex) e função sociocultural do sexo (gender) podem-se distinguir, mas não separar’... Uma coisa é compreender a fragilidade humana ou a complexidade da vida, e outra é aceitar ideologias que pretendem dividir em dois os aspectos inseparáveis da realidade. Não caímos no pecado de pretender substituir-nos ao Criador. Somos criaturas, não somos onnipotentes. A criação precede-nos e deve ser recebida como um dom. Ao mesmo tempo somos

chamados a guardar a nossa humanidade, e isto significa, antes de tudo, aceitá-la e respeitá-la como ela foi criada” (Amoris Laetitia, 56).

Em suma, duas atitudes podem ser observadas: uma *denúncia decisiva da “ideologia de gênero* (o sexo biológico é uma construção sociocultural) e *uma aceitação crítica da perspectiva de gênero* – ambas podem ser encontradas, embora com diversos graus de ênfase, nos pronunciamentos da Igreja.

3 Sete reflexões práticas nos nossos centros

A integração da diversidade afetivo-sexual em um centro educacional teria a ver com certos *critérios de reflexão e caminhos de intervenção*:

[1] Na educação afetivo-sexual, assim como em toda a educação, realiza-se o axioma da “impossibilidade de não comunicar”. Não enfrentar uma questão já é enviar uma mensagem sobre como se posicionar diante dessa realidade. É por isso que a educação afetivo-sexual e, especificamente, a abordagem da diversidade sexual na educação podem ser conscientes ou inconscientes, voluntárias ou involuntárias, invisíveis ou abertas, mas **é impossível não educar**.

Por outro lado, a escola salesiana, como parte da sua vocação à educação integral dos seus alunos, assume o desafio da educação afetivo-sexual em resposta às diretrizes da identidade de escola católica: “Eles devem ser iniciados, à medida que a idade avança, em uma educação sexual positiva e prudente”, “levando em conta os avanços da psicologia, da pedagogia e da didática”.²

² Vaticano II. *Gravissimum educationis sobre a educação cristã*. 28 de outubro de 1965, n. 1; cf. Congregação para a Educação Católica. *A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo*. Cidade do Vaticano, 25 janeiro de 2022.

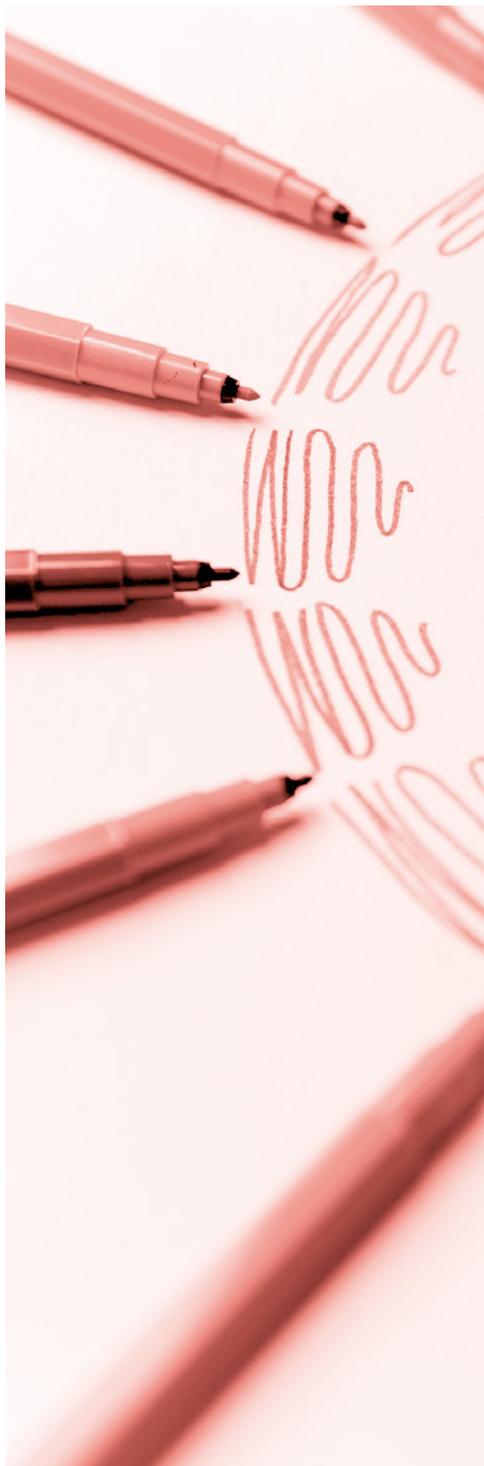
[2] Em todo caso, trata-se de agir com moderação e bom senso, com o espírito educativo que deve caracterizar-nos, sem responder à intenção de alguns coletivos ou setores sociais de provocar o extremismo para alcançar os próprios fins. Vivemos hoje num conflito de paradigmas, estamos passando por um período de busca e de incertezas até mesmo em termos de sexualidade; nesse sentido, **é necessário diferenciar os textos normativos das intenções subjacentes** (às vezes uma sexualidade sem ética ou códigos). Não podemos esquecer de que a prioridade deve ser sempre a proteção e a redução dos riscos e danos aos menores.

É necessário, pois, ter uma conceituação clara e elaborada de cada argumento. A própria categoria “gênero” é cercada de grande ambiguidade e confusão. Precisamos de instrumentos e modelos para responder com eficácia a situações educativas que comportam um componente de diversidade sexual. Também precisamos de “uma preparação psicopedagógica adequada e séria que nos permita compreender situações particulares que exigem atenção especial”.³ Remete-se ao livro: Antonella Sinagoga e Miguel Ángel García Morcuende, *Uma Pastoral Juvenil que educa para o amor*, CCS, Madri 2022.

A mensagem do Evangelho deve ser a base do nosso discurso e, no nosso discurso, os apelos para aproximar-se das pessoas tendo em mente as suas necessidades e a sua condição, a começar do valor de cada um, devem ocupar um lugar importante. Também temos, como centro, o direito e a obrigação de apresentar e oferecer aos alunos *a visão cristã da dimensão afetivo-sexual e de nos fazermos ouvir*.

Temos o direito de ter a nossa própria concepção de escola e de agir em conformidade

³ Congregação para a Educação Católica. *Orientações educativas sobre o amor humano*, Roma, 1º de novembro de 1983, n. 81.



com ela. Por esse motivo, uma visão pedagógica e uma forma de pensar que se lhe opõem não podem ser impostas às escolas por lei; essa é uma questão importante.

[3] Para os alunos alcançarem o pleno desenvolvimento da própria personalidade, é necessário incluir na sua educação os aspectos relacionados à educação afetivo-sexual que os ajudem em seu processo de amadurecimento, em total consonância com o Projeto Educativo do Centro e em respeito aos direitos e liberdades pessoais dos alunos. Por esse motivo, é importante, e não só por causa dessas leis, que as escolas tenham **um programa de educação afetivo-sexual** adequado às diversas idades dos alunos. O analfabetismo sentimental e afetivo é um dos principais fatores responsáveis pelo desconforto interior, pela dependência, pela solidão psicológica e pela incapacidade de se emancipar de forma plena e segura.

Esses programas devem garantir três elementos fundamentais:

- Uma educação afetiva que ajude a *mapear e discernir os diferentes estados emotivos*, para poder mergulhar neles sem medo, sabendo distinguir emoções e impulsos passageiros vindos dos nossos desejos mais profundos. E, a partir deles, estruturar a própria identidade e as próprias opções.
- *A experiência da corporeidade e da espiritualidade* como requisitos indispensáveis que interagem com a formação intelectual, para que todos nós (crianças, adolescentes e adultos) possamos assumir um conhecimento progressivo de nossos próprios ritmos biológicos, na descoberta da beleza e da harmonia de um corpo feito para a comunicação e o relacionamento.
- Uma *formação integral* que anuncia e propõe a felicidade como horizonte de sentido da vida, uma felicidade que se constrói

progressivamente, ouvindo a própria consciência e baseada em vínculos de amor, ternura e respeito. E, nesse contexto, uma visão antropológica da sexualidade humana, complexa e articulada, combinada com uma educação para o amor humano.

Chama-se “integral” porque não se limita a fornecer informações sobre os aspectos biológicos da sexualidade, mas **abrange todas as dimensões do ser humano**: física ou biológica (genitais, cromossomos, higiene, atividade física), social (como nos relacionamos com os outros), psicológica (sentimentos, emoções, afetos e intelecto) e espiritual (transcendência, valores ou projeto de vida). Por esse motivo, em alguns países é usado um conceito mais amplo de educação sexual global, que inclui a afetividade e as relações humanas numa mesma área.⁴

Referimo-nos à educação “para” e “na” pessoa de cada aluno, que começa no nível inicial do sistema educativo, mas que, na verdade, começa no coração da família. Devido à sua dimensão pessoal e personalizante, a sexualidade não é apenas genitalidade; é o valor da pessoa que manifesta o significado da vida e a maneira específica como ela é realizada. Aceitar que ela é uma dimensão da pessoa significa retirar a sexualidade da esfera do “ter” para incluí-la na ordem do “ser”. Não se trata de algo a ser possuído, a ser manipulado. Respeitar a sexualidade em sua condição pessoal é respeitar a pessoa como tal.

Um dos pontos-chave a serem observados é que a resposta da escola à diversidade sexual não se limita a educar ou direcionar os alunos

⁴ Por exemplo, a Inglaterra atualizou a sua política de educação sexual em 2020 e a nomenclatura utilizada é “Educação às relações, educação sexual e às relações e educação à saúde” (“Relationships Education, Relationships and Sex Education (RSE) and Health Education”). Também na Nova Zelândia, os programas de educação sexual foram atualizados em 2020 e utilizam uma terminologia semelhante: “Relationships and Sexuality Education”.

das minorias, mas também as maiorias sexuais com gênero, identidade sexual, papéis sexuais e orientação sexual. **A educação à sexual é uma educação de todos e para todos.**

As equipes educacionais deveriam ser constituídas no interior da mesma matéria ou de forma interdisciplinar, no interior de uma área ou entre diversas áreas. Incluir nessas equipes pelo menos um profissional da escola: consultor pedagógico, psicólogo, psicopedagogo, equipe do departamento de orientação etc.

No entanto, os professores não devem transferir a educação à diversidade para “especialistas da saúde”, tratando esses tópicos como uma exceção ou uma dificuldade, se não rejeitando-os explicitamente. A biologia não é o único espaço curricular “natural” para a educação sexual. *A sexualidade é um objeto de conhecimento que pode ser articulado com diferentes matérias e disciplinas.* Compreender a sexualidade requer superar os limites disciplinares e colocar-se “entre” as ciências sociais e naturais, a filosofia, a ética, a psicologia, a experiência religiosa e outros conhecimentos.

De qualquer modo, embora essa área seja enfrentada nos programas escolares de modo transversal, há outro grande porcentual de escolas em que *essa formação é oferecida de forma ad hoc por pessoal externo*, na maioria das vezes por profissionais que insistem em dar informações sobre como usar preservativos e prevenir infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada em adolescentes. Essa formação reducionista, um mero estudo da anatomia e fisiologia da sexualidade. *Não responde à visão integral da pessoa que leva em conta todas as suas dimensões constituintes* (biológica, psíquica, ética e espiritual).

[4] Embora seja, sem dúvida, um equilíbrio difícil, a própria Igreja oferece um caminho em seu diálogo com a questão do gênero na educação: **escutar, raciocinar e propor.**

Ainda que a formação nas diversas áreas relativas ao desenvolvimento e amadurecimento da pessoa deva ocorrer em grupo, o *acompanhamento individual* deve ser estabelecido de forma abrangente. As escolas devem abordar as situações relacionadas à identidade de gênero vividas pelos alunos, que requerem atenção e acompanhamento específicos a partir de uma perspectiva que tenha o seu centro no indivíduo.

Esses casos, por serem questões que tocam o núcleo mais íntimo da personalidade, requerem *uma gestão atenta e prudente*, sempre em benefício do menor, principalmente a partir dos nossos princípios e valores contidos no Projeto Educativo do Centro, sempre levando em conta as decisões tomadas pelos pais ou representantes legais dos menores.

Quanto aos alunos cuja identidade de gênero é diferente do seu sexo biológico, em termos científicos, isso não é considerado um distúrbio ou uma doença. Entretanto, há pessoas para as quais essa diferença entre o sexo biológico e sua identidade gera um *desconforto significativo*. É fundamental transmitir em nossas escolas uma mensagem de apoio e respeito total por cada pessoa, consciente da sua individualidade. Trata-se, como educadores, de acompanhar e facilitar a vida de todos os alunos, especialmente *daqueles que se encontram em uma situação de vida complexa e que estão passando por uma situação dolorosa* (na forma de ansiedade, depressão, irritabilidade...) que, às vezes, também pode ser devida à sua falta de integração, pelo que é essencial interpretar adequadamente o momento que estão vivendo.

Eles precisam de tempo e de um ambiente de confiança para crescer. É importante, então, criar um clima amigável e acolhedor para todos os alunos que possam se sentir “diferentes” ou que tenham problemas para

definir a própria identidade pessoal, um lugar que facilite a escuta paciente e compreensiva, livre de julgamentos morais, mas seguro em seus critérios. Ao mesmo tempo, deve ser *respeitada e tutelada a privacidade* dos alunos que não desejam tornar visível a própria condição.

Na circunstância de um caso particular relativo à identidade de gênero de um aluno, com o consentimento e a cooperação da família ou do tutor legal, que deve ser informado dos fatos observados, e no respeito à privacidade do aluno, deve ser elaborado *um plano de ação* para responder adequadamente às necessidades do aluno. A escola deve garantir o apoio psicopedagógico.

[5] A escola deve **garantir um bom clima de convivência** entre os alunos e a comunidade educativa em geral, tanto dentro quanto fora da escola. As atividades são planejadas com o objetivo de promover um bom clima de convivência dentro da escola.

Para tanto, promoverá valores como *o respeito, a igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação*, independentemente do motivo (deficiência, gênero, orientação sexual, raça, origem, ideologia, crença religiosa ou qualquer outra situação pessoal), trabalhará na inclusão e tomará medidas específicas para prevenir e, quando adequado, resolver comportamentos contrários à dignidade das pessoas, como situações de violência, discriminação, assédio ou relações tóxicas.

O aluno não só entra em contato com os conteúdos didático-disciplinares estabelecidos pelo currículo escolar, como também se depara com *uma espécie de currículo “implícito” ou “oculto”*, que consiste no conjunto de mensagens transmitidas pela didática, pelo uso do espaço, pela comunicação verbal e não verbal e pelas atitudes que os professores determinam na relação educativa.



O nosso objetivo é o de permear a instituição em todas as suas camadas, de modo que os currículos explícitos e ocultos sejam identificados num grande esforço para que *todos os alunos possam sentir-se respeitados*, independentemente do seu sexo, identidade de gênero, expressão de papéis de gênero ou orientação sexual. Portanto, todas as atividades (curriculares, pastorais, organizativas etc.) formarão uma estrutura de proteção (tolerância zero) e prevenção da violência, criando espaços livres de bullying ou assédio por qualquer motivo. São necessárias respostas rápidas e firmes de desaprovação por parte dos professores contra o bullying.

[6] Os professores e a equipe educativa desempenham um papel importante na criação de um clima escolar positivo e seguro; eles têm a grande responsabilidade de intervir precocemente para que *as atitudes e os comportamentos discriminatórios em relação à orientação e à identidade sexual dos alunos não se tornem crônicos*.

A primeira resposta da escola à diversidade sexual é **criar ambientes seguros** contra todo tipo de violência, desenvolvendo protocolos eficazes de resposta para detectar e

reagir quando essas violências acontecem. A escola tem o dever de desempenhar um papel ativo, que envolva *não minimizar, nem normalizar, mas investigar e punir os atos de violência, abuso e assédio que ocorram contra outras pessoas*, também quando atribuídos à sua diversidade sexual. Em outras palavras, caso ocorram situações de bullying ou insultos, rumores, zombarias, afirmações depreciativas, apelidos vulgares e agressões físicas decorrentes da orientação sexual de um aluno, é necessário *agir com determinação e diligência* para evitá-las, aplicando as medidas educativas, legais e de comunicação previstas nos projetos e protocolos de convivência da escola.

Em vez de optar por resolver esses problemas de modo privado e secreto a abordagem comunitária à violência também é *uma oportunidade de educar e prevenir episódios futuros*.

As emergências e os episódios críticos muitas vezes nos sobrecarregam, pelo que as ações devem ser bem pensadas, **evitando respostas precipitadas e repercussões indesejáveis na Comunidade Educativo-Pastoral**, levando em conta as circunstâncias específicas de cada caso e colaborando com os pais, tanto do aluno em questão quanto dos pais

em seu conjunto. Por exemplo, no uso das estruturas da escola, em particular dos sanitários e vestiários, serão buscadas as alternativas mais adequadas, de acordo com a configuração e as estruturas da escola, de modo que a situação do aluno seja levada em conta com o devido respeito, sem prejudicar os direitos e interesses dos demais alunos.

[7] Seria desejável que **os pais fossem informados sobre o conteúdo dessas normas** por pessoas qualificadas e confiáveis, que também poderiam vir da própria escola. Isso deveria ser feito sempre de maneira serena e equilibrada e, naturalmente, tendo em mente o conceito de escola salesiana. Da mesma forma, seria importante formar os professores e criar com eles equipes interdisciplinares.

Os pais também deveriam **ter conhecimento dos programas da escola** para promover a compreensão e o acompanhamento no amadurecimento afetivo das crianças e dos adolescentes, ajudando-os a formar a sua sexualidade e preparando-os para relacionamentos interpessoais positivos.

Há, enfim, diversos tipos de famílias com que os dirigentes deverão aprender a comunicar-se e colaborar, a partir do desejo de realizar esse encontro construtivo: a maioria das

famílias, as famílias exasperadas, as famílias feridas e as famílias diferentes.

- *A maior parte das famílias* conhece a escola para onde levou os seus filhos e é grata pela orientação e pelo apoio que a escola pode oferecer numa tarefa que é importante para elas, mas que, às vezes, está além das suas capacidades; o nosso desafio com elas será envolvê-las.
- *As famílias diferentes* precisam saber que a sua diversidade não será uma desvantagem para os filhos na escola; que o fato de serem filhos de divorciados, pais solteiros ou homossexuais não será uma fonte de rejeição ou exclusão para os filhos: o nosso desafio para eles será demonstrar respeito e aceitação.
- *As famílias feridas* podem ser aquelas que estão descobrindo a diversidade dos filhos e, às vezes, estão carregadas de medo, dúvidas e sofrimento; a nossa tarefa será acompanhá-las em seu caminho de aceitação.
- *As famílias exasperadas* pensam que estamos confundindo, impondo ou condicionando os seus filhos: o nosso trabalho com elas será informá-las e convidá-las a participar da tarefa educativa a partir da própria perspectiva.